



JUNHO DE 2013: ENTRE RESISTÊNCIAS E CONFORMAÇÕES

INGRID KLEBYANE FARIAS DE LUNA BARBOSA⁸⁴

GLEYCE KELLY DOS SANTOS LEÃO⁸⁵

RESUMO

O artigo tem por objetivo a reflexão teórica acerca de Junho de 2013, onde busca algumas interpretações distintas que classificam esse momento como um produtor de resistências ou de conformações. Caracteriza-se enquanto uma pesquisa qualitativa construída a partir de levantamento bibliográfico e entrevistas. Como principais resultados, compreende que entre resistências e conformações existem uma série de outras considerações possíveis e necessárias.

Palavras-chave: Junho de 2013; Resistências; Conformações.

ABSTRACT

This article aims at a theoretical reflection about June 2013, where it seeks some different interpretations that classify this moment as a producer of resistances or conformations. It is characterized as a qualitative research built from bibliographic survey and interviews. As main results, it understands that between resistances and conformations there are other possible considerations.

Keywords: June 2013; Resistances; Conformations.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o que aconteceu em Junho de 2013, sabe-se que uma onda de protestos tomou conta do país, despertando aparentemente de forma súbita um sentimento de reivindicação generalizada, todavia, vale ressaltar que o clima de tempestade vinha se formando sobre o país ao longo dos anos anteriores. É possível destacar, por exemplo, o ano de 2011 que trouxe o maior número de greves em catorze anos de acordo com fontes midiáticas, à exemplo da greve de professores, que atingiu estados como Mato Grosso, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Para além disso, é necessário lembrar que o Brasil em sua trajetória tem uma história marcada por lutas e reivindicações, as quais podemos citar: as mobilizações contra a ditadura militar, as Diretas Já, os Caras Pintadas e o Movimento pela Ética na política, além das manifestações mais regulares, como o Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os

⁸⁴ Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: klebyane8@gmail.com

⁸⁵ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: gleycek98@gmail.com



movimentos pela Reforma Agrária, ou dos atingidos por barragens, Movimento Negro, Indígena, etc. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 2014). Desse modo, sem negar o caminho de luta que vem atravessando o país há gerações, e com consciência do quadro que se construiu ao longo dos últimos anos, daremos atenção a Junho de 2013, que veio não como a único, mas como uma das marcas centrais da inquietação social, que marcou de forma considerável a narrativa histórica do nosso país, gerando até os dias atuais debates e dúvidas quanto a todo o seu conjunto representativo e motivacional.

Logo, ao que se refere a gênese de 2013 afirma-se que é decorrente de uma manifestação organizada pelo MPL⁸⁶ (Movimento Passe Livre) na cidade de São Paulo, datada do dia 6 de junho de 2013, na qual, mais uma vez, esse movimento social vem para cumprir o seu papel de enfrentamento a medidas descabidas direcionadas ao transporte público, questionando nesse dia o aumento de vinte centavos na tarifa do transporte urbano (ANTUNES E BRAGA, 2014, p. 45).

Todavia, o que aparentemente seria só mais um protesto acabou tomando proporções inimagináveis. Pois, a partir desse momento se propagou na sociedade um sentimento mútuo de indignação, ultrapassando o descontentamento sobre o aumento da passagem, atingindo todas as esferas constitutivas do corpo social, desde os itens mais básicos de sobrevivência como saúde, educação e moradia, até chegarmos ao ponto de forte crítica ao Estado. Abrindo antigas feridas diante de uma jovem democracia com uma sociedade composta por grandes abismos sociais. Dessa forma, podemos observar que “O grave problema do transporte público catalisou uma angústia social muito mais profunda e enraizada nos alicerces do atual modelo de desenvolvimento.” (BRAGA, 2013, p. 52).

Nesse sentido, esse momento engloba um conjunto de pensamentos e visões. Dentre as visões mais comuns, duas em específico se sobressaltam, que consistem na popularização até o senso comum e naturalização da ideia que os protestos e movimentações foram o gatilho inicial para toda onda conservadora e autoritária que emergiu nos anos seguintes no Brasil. Por outro lado, existe também uma visão mais entusiasmada, que lê Junho como um momento distópico, que acabou e não trouxe consigo mudanças concretas da realidade, uma fagulha de indignação que seria portadora de capacidade de reais transformações da estrutura social, mas que se dissipou e não atingiu seu potencial.

É comum as leituras sobre Junho de uma forma dualística, como a gênese do conservadorismo atual do Brasil ou como evento de contestação radical à democracia burguesa,

⁸⁶ O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social que vem escrevendo uma trajetória de levantes populares em prol de um transporte público de qualidade, ocupando a rua todos os anos em manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo. Classificado como um movimento autônomo, apartidário, horizontal e independente, possui como principal bandeira a busca pela inserção de toda a população nos transportes urbanos, por meio da Tarifa Zero. Rompendo com as diretrizes mercadológicas e garantindo direitos a população através de um serviço público gratuito e de qualidade. (GRACIA E PRADO, Unversia Brasil, 2019).



como duas esferas completamente independentes, excludentes e contraditórias, que são conclusões imediatas e carecem de uma análise teórica. Daí, surge a necessidade de reflexões de fato teóricas acerca desse momento, tratando-o a partir das várias faces que dele emergem. Nesse contexto se insere o presente trabalho, como forma de desenvolver um possível diálogo entre as perspectivas que constituíram esse momento, com compreensões dialógica acerca de Junho de 2013.

OBJETIVOS

Assume como objetivo geral a descrição e análise de Junho de 2013 sob uma perspectiva de resistências e conformações. Já como objetivos específicos busca definir e contextualizar teoricamente essas duas categorias de análise; Justificar teoricamente os indicadores de resistência e conformação nascidos de Junho; Fornecer uma discussão teórica e dados provenientes de entrevistas com participantes desse momento em Recife.

METODOLOGIA

A proposta elaborada ao longo do presente trabalho se refere a uma tentativa de compreensão das Jornadas de Junho de 2013, buscando avaliar especialmente as consequências e diferentes interpretações, através de indicadores que dialoguem com as categorias de Resistência e Conformação. Assim, visa construir narrativas e elencar fatos que ajudem nas interpretações teóricas frente a essas perspectivas de análise. Essas categorias são mensuradas a partir dos indicadores de *pautas*, *institucionalidade* e *relação com a política* como produtos de Junho de 2013.

Diante disso, metodologicamente o trabalho se configura enquanto uma pesquisa social qualitativa, com um recorte da realidade e sujeitos participantes reduzido, mas que para além disso, é complexo e de saberes não quantificáveis. Portanto, as técnicas de pesquisa escolhidas para construção dos dados foi a análise documental de fontes secundárias e as entrevistas semiestruturadas. Assim, o primeiro passo metodológico realizado insere a revisão teórica de literaturas variadas existentes sobre o tema, através da pesquisa bibliográfica de fontes secundárias. Assim como apontado por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (1985), toda pesquisa implica em um levantamento de dados de diversas fontes que servem como suporte para o questionamento e campo selecionados, recolhendo informações prévias sobre eles, logo, esse modelo de documentação indireta bibliográfica se caracteriza por tomar conhecimento das bibliografias relacionadas ao tema estudado, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato com materiais escritos, ditos ou gravados que propiciam análises sob novos enfoques e conclusões distintas das anteriores.



Por outro lado, Maria Cecília de Souza Minayo em *O Desafio do Conhecimento- Pesquisa Qualitativa em Saúde* (2004) atenta para a importância da palavra e da fala como um símbolo privilegiado para a comunicação e como fortes reveladores de condições estruturais e sistemas de valores de determinado grupo inseridos em condições sociais, econômicas e culturais diferenciados. Nesse sentido, foi utilizada também a técnica da entrevista, entendida enquanto uma conversa entre dois ou vários interlocutores através da iniciativa do pesquisador e com objetivo imediato de construção de informações para um objeto de pesquisa através da abordagem de temas pertinentes.

A partir dessas considerações, o segundo passo metodológico foi a elaboração do roteiro de entrevistas, e o seguinte foi a realização destas⁸⁷, que no total contabilizam seis entrevistas. Logo, o universo da pesquisa qualitativamente se encontra localizado nos movimentos acontecidos em Junho de 2013 em Recife a partir da visão de seis participantes, organizadores e atuantes naquele momento.

1. JUNHO DE 2013: UMA PERSPECTIVA DE RESISTÊNCIA

A compreensão de Junho de 2013 como indicador de (r)existência é uma inferência não imediata que pode trazer estranheza a um primeiro olhar. Por esse motivo, alguns pressupostos devem ser especificados, para que haja um entendimento sobre o posicionamento da pesquisa diante do fato estudado. Nesse sentido, são válidos os esforços em contextualizar a temática a partir de conceituações e discussões nessa perspectiva.

Tratar de resistências nesse contexto trata-se de uma questão complexa, uma vez que os contextos sociais e políticos posteriores a 2013 são completamente adversos, logo uma avaliação imediata descarta imediatamente o uso de qualquer sinônimo de resistir. Porém, para aprofundar essas questões, o suporte teórico se encontra em James Scott na obra *Exploração normal, resistência normal* (2011), ao tratar justamente do conceito de *resistência cotidiana* expressa em pequenas partículas do dia a dia camponês (contexto da pesquisa do autor).

Logo, os aspectos de resistência que foi buscado em Junho remete justamente a essa resistência cotidiana de Scott (2011), expressa em momentos pontuais, onde ainda que não haja uma oposição política constante ou mais incisiva, não significa que exista uma aceitação passiva da ordem ideológica imposta. Assim, o autor diferencia as formas cotidianas das confrontações públicas, ao afirmar:

⁸⁷ Vale pontuar que será mantido o anonimato dos sujeitos entrevistados, como uma forma de preservá-los, inclusive de possíveis retaliações.



O que as formas cotidianas de resistência compartilham com as confrontações públicas mais dramáticas é, naturalmente, o fato de serem voltadas a mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou a levar adiante reivindicações com relação a tais classes. Essas demandas e reivindicações têm normalmente a ver com o nexos material da luta de classes. [...] Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. [...] a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de facto imediatos. (SCOTT, 2011, p. 223)

Logo, falar em aspectos de resistência nascidos de Junho se aproxima muito dessa ideia, ainda que em um contexto distinto. Isso porque o objeto de estudo aqui presente trata de mudanças pontuais, mas que tiveram seu despontar com Junho de 2013, trazendo alterações significativas nas relações sociais e políticas brasileiras.

Nesse sentido, o esforço seguinte está em justificar teoricamente os indicadores de pautas, institucionalidades e relação com a política como indicativos de resistências. Para tanto, a primeira tese defendida remete a algumas ideias defendidas por Bringel e Pleyers (2015) que entendem Junho de 2013 para além de um evento de protestos, preferindo analisá-lo como um processo aberto e inacabado, constituído pela remodelação dos padrões de ativismo social.

Em defesa dessa tese, a ideia formulada é que as manifestações de 2013 foram responsáveis por provocar um processo de abertura societária no país. Esse processo implica que uma vez aberto o espaço para as manifestações iniciais (com o MPL), houve a abertura para que outros atores com suas pautas próprias entrassem em cena e se unissem em prol de outras coisas, sem necessariamente manter um vínculo com as ideias originais.

Desde 2013, com a expansão da onda de indignação esse fator pode ser observado, uma vez que teve como característica marcante a participação de indivíduos e grupos diversos e localizados em diferentes pontos do espectro ideológico e que eram possuidores de uma indignação difusa, com discursos ambivalentes e demandas heterogêneas. Esse momento, o clímax das movimentações de 2013, é então abordado enquanto uma confluência ambígua de movimentos contraditórios, unidos no mesmo espaço, muitas vezes com as mesmas pautas genéricas e difusas, mas diametralmente opostos em seus ideais.

Portanto, entender Junho de 2013 como um processo pressupõe a associação dos movimentos sociais clássicos a movimentos societários mais abrangentes, ou seja, analisar como essas mobilizações, atores e as práticas entre eles se enquadram dentro das transformações da estrutura social. Este tipo de reflexão faz-se necessária justamente pelas reconfigurações dos atores em cena no ativismo brasileiro e também na forma que esses



se mostram ativos, ou seja, são novos atores com novas formas de ação que nascem em Junho, mas ainda se fazem presentes na organização política e social da realidade brasileira, em um movimento de confluências ambíguas que comporta dentro de um mesmo movimento aspirações contraditórias.

Portanto, os indicadores aqui elencados envolvem as *Novas pautas*, entendido como a construção de espaço e visibilidade para pautas no campo progressista desde Junho. A *relação com a institucionalidade* que remete à formação de uma sociedade que age de forma mais autônoma, ao buscar formas de participação política para além das urnas e das eleições. Já *Relação com a Política* remete a uma transformação das interpretações sobre a coisa política que passou por um processo de popularização, com a participação mais ativa das mais diversas esferas do meio social, especialmente de jovens.

1.1 ENTRE DADOS E INDICADORES DE RESISTÊNCIAS

Após as reflexões teóricas, é possível então expor a categorização dos dados e refletir alguns dos resultados alcançados com a pesquisa. A partir das entrevistas, foi elaborado um quadro relacional que busca demarcar os sujeitos da pesquisa e algumas características importantes para caracterizá-los.

	IDADE	OCUPAÇÃO ATUAL	LOCALIZAÇÃO POLÍTICA
Pessoa 1	30	Gerente de territórios	Anarquista
Pessoa 2	26	Estudante	PT
Pessoa 3	30	Estudante	PT
Pessoa 4	23	Estudante	Psol
Pessoa 5	23	Professor (a)	Autonomista
Pessoa 6	27	Estudante	Não informado

Logo, a partir das pontuações provenientes das entrevistas, ao considerar o indicador de *Novas Pautas* as opiniões entre os entrevistados são um pouco variantes, inclusive por ser uma amostra com pensamento político (e até partidário) diverso. Cerca de metade afirma que houve, desde 2013, a ascensão de algumas pautas que antes eram periféricas, especialmente pautas alinhadas à esquerda do espectro político. Falas sobre a diversidade de pautas abertas para reflexões também foram levadas em consideração como indicativo de resistência legado por Junho. Nesse sentido, um dos entrevistados afirma:

Eu acho que a gente vive num processo de constante mudança, né, e transformação que a gente tá tentando compreender um pouco melhor ainda hoje, né. Dentro do conjunto social, eu vejo que pós Junho de 2013, mesmo não sendo uma pauta central, algumas pautas que sempre foram periféricas dentro de setores contra hegemônicos, como a questão do anti-racismo, a questão do anti-sexismo. Eu acho que ganhou força, né. Uma centralidade no debate bastante relevante,



onde vem se tensionando a sociedade em torno de suas posturas a respeito das mulheres, em torno dos negros, até em torno dos próprios pobres, e isso acabou trazendo um amadurecimento importante, no sentido de apontar para um futuro de fato mais igualitário. (Pessoa 1, entrevista realizada em 03/12/2018)

Por outro lado, é importante pontuar que outra parte dos entrevistados vai tratar como uma variação de pautas, porém sem uma luta efetiva, ou ainda como um movimento de muitas caras, mas ainda assim disforme. Essa leitura, além de divergir com a aqui apresentada, não se aplica aos propósitos específicos da pesquisa que busca indícios de resistência.

Em seguida, a categoria de Institucionalidade foi encontrada na fala de um terço dos entrevistados, que afirmam de modos distintos, o nascimento e amadurecimento de novas formas de ação social. Por um lado, a Pessoa 1 aponta a existência de um esforço contínuo em pautar uma sociedade mais autônoma em maiores ou menores iniciativas e cita um exemplo emblemático desse esforço em buscar novas formas de ativismo. Por outro lado, a Pessoa 5 aponta que uma das maiores contribuições de Junho de 2013 foi de mostrar que existe a possibilidade de fazer política para além das urnas, para além da institucionalidade. Logo, afirma:

2013 teve uma importância muito grande, né. Mostrou que é possível fazer política além da institucionalidade. [...] Pra mostrar que é possível fazer política no dia a dia, é possível fazer política na rua, é possível fazer política... e principalmente para além das urnas. Então, esse caráter autonomista, de independência e de rechaçar tanto partidos de uma esquerda reformista quanto de uma direita reacionária e mostrar que existe uma perspectiva de política para além é o grande legado de 2013. (Pessoa 5, entrevista realizada em 11/01/2019)

Enquanto indicador, a Relação com a Política foi unanimidade entre todos os entrevistados, que apesar das diferentes leituras compreendem Junho de 2013 como um marco na forma do brasileiro se relacionar com o meio político que o rodeia. Assim, para melhor compreensão, dentro desta categoria três fatores serão analisados: aumento na participação, os meios de mobilização e as consequências.

Quanto ao aumento da participação, foi muito citado ao longo das entrevistas o fato que, desde Junho a política passa a fazer parte do cotidiano das pessoas e as discussões políticas tornaram-se mais comuns no dia-a-dia (Pessoa 3 e Pessoa 5). Além disso, foi falado também de uma maior identificação política, onde existe a necessidade de se posicionar e a pressão social para assumir lados (Pessoa 3). Os jovens foram citados como público alvo dessa transformação na forma de ver a política (Pessoa 1; Pessoa 4; Pessoa 5).



No que se refere às ferramentas que possibilitam o aumento dessa participação e da mudança dessa relação com o modo de ver e fazer política, as redes sociais foi a mais citada, sendo mencionada indiretamente pela maioria dos entrevistados, e diretamente por um, que entende essa como uma importante forma de mobilização e discussão.

Já as consequências desse aumento de participação em quase nada é tratado enquanto agente de resistência. Justamente pelas distorções da realidade causada pelas notícias falsas que foram popularizadas e disseminadas principalmente através das redes sociais de pessoas, em tese, politicamente mobilizadas. Desse modo, foi selecionada uma fala moderada que caminha no meio termo entre o positivo e negativo desse aumento na participação política.

[...] acho que a principal consequência de 2013, por um lado positivo e por um lado negativo também é a própria questão da politização, da consciência política entendeu, que a população brasileira foi adquirindo aos poucos. Principalmente a juventude, lembro do meu terceiro ano do ensino médio [...] e a gente não tinha discussões de política, por exemplo. Muitas vezes os estudantes não estavam nem aí. [...] Vê hoje, por exemplo, jovens no primeiro ano já querendo debater política. Acho que 2013 contribui muito, acho que foi a principal consequência é essa consciência política, entendeu, que a população brasileira e principalmente a juventude. E porque eu falei de forma positiva e forma negativa? Por que muitas vezes do estudante tá buscando essa consciência política se tem um leque de ideias [...] mas muitos também acabam enxergando ideias reacionárias como uma forma correta de se fazer política [...] (Pessoa 5, entrevista realizada em 11/01/2019)

Por fim, os resultados alcançados confirmam a justificativa de entender Junho como um processo aberto e inacabado, e todas as discussões que ainda dele são provenientes é um indicador desse fato. Mas, para além de um processo que ainda se realiza e se modifica, esse diálogo teórico e prático permitiu o apontamento de indicadores que tratassem 2013 também enquanto um processo de resistência, que opera como um marco para a história das ações e mobilizações coletivas de rua, dotadas de autonomia ao pensar política como parte ativa e importante da vida social. Para além, um marco para o pensamento político brasileiro, que ainda conta com inúmeros problemas, mas que praticamente inexistia há algumas décadas e tem a possibilidade de amadurecimento até uma politização de fato.

JUNHO DE 2013 E UMA NOÇÃO DE CONFORMAÇÃO

No que se refere a um outro olhar sobre o mesmo quadro, Junho de 2013 nos traz um conjunto de narrativas, entre as quais se encontra a visão de que esse momento possibilitou uma ação transformadora frente às estruturas tradicionais do corpo social. Todavia, há



um conjunto de aspectos relevantes que devem ser ponderados, sendo alguns deles o que pretendemos levantar nesse momento.

Todavia, vale reforçar que, a perspectiva aqui tomada de conformação foi desenvolvida por meio, de um levantamento de características que compuseram Junho de 2013, fornecidas através das leituras teóricas e da análise das narrativas das entrevistas. Desse modo, toma-se conformação como uma condição resultante dos relatos sobre Junho de 2013, que a partir disso, foram produzidos três indicadores, são eles: as pautas, que seria correspondente a relação com concepções direitistas e a noção de corrupção, a institucionalidade que nos remete a crítica ao governo e suas representações e a relação com a política que se refere aos novos atores.

Diante disso, a questão central proposta aqui, é a negação desse momento como um ato de transformação sociopolítica, à medida que, ao contrário de narrativas, Junho de 2013 não alterou as bases geradoras da desigualdade, ao contrário tornou-se mais um momento propício para jogos de interesses de classes, utilizando-se da situação para pôr em prática ganhos de uma parcela da elite. Dentro de um contexto de elevação do custo de vida, e as fissuras que vinham se formando no governo Dilma. Como nos traz Singer (2013, p. 34): “Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país.”

Devido a isso Junho de 2013 foi direcionado dentro de um contexto onde os pontos se encontraram frente a um inimigo, ao passo que, as narrativas foram reduzidas ao combate à corrupção. Conforme foi disseminado na efervescência do momento, que a situação a qual o país se encontrava condicionado, seria resultado da corrupção das esferas governamentais. O Estado torna-se o inimigo central, e o objeto principal das manifestações. Desse modo, podemos observar que:

A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, é opor-se ao governo federal, tirando o pt do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Como a corrupção é um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão constantemente no centro das denúncias. (SINGER, 2019, p. 35).

Trazendo ao palco de Junho de 2013 um debate acalorado sobre antigos conflitos ideológicos protagonizados entre a esquerda e a direita. E que nesse momento, esse direcionamento dado ao Estado como “estrutura corrupta” teria sido produzida pela direita, que viu uma oportunidade de se apropriar de pautas discutidas nas Jornadas de Junho, fortificando-se frente a opinião pública. Atribuindo à esquerda a culpa pela estado de ebulição



que o Brasil se encontrava. Dessa forma, é visível que:

No Brasil, essa recusa aparece bastante vinculada à crítica feita ao governo de esquerda dos últimos anos. Para alguns ativistas o governo nacional de esquerda trouxe benefícios ao estar “mais próximo” dos movimentos sociais. No entanto, muitos movimentos sociais sentem que com um governo dito de esquerda, cresceu o número de entidades que foram corrompidas e cooptadas pelo governo, gerando assim uma forte desmobilização e uma confusão de “contra quem” se deve lutar, já que não se poderia ir de encontro a um governo dito popular. (BENZAQUEN, 2013, p. 5).

Diante disso, Junho de 2013 se vê simplificado a uma crítica ao Estado e o que deveria ser um período de transformação tornou-se palco de antigas disputas, a qual os meios democráticos foram usado como meio para um fim. Isso nos leva a um outro ponto, ao passo que traz a reprovação sobre o Estado promove um questionamento ao seu regime político, fazendo-nos entrar em um debate sobre a democracia e suas contradições.

Ao tratarmos de democracia é possível afirmar que seguimos o modelo da democracia formal, aquela que é tomada como o governo do povo e que “está historicamente ligado a formação do Estado Liberal” (BOBBIO, 2005, p. 38). Isso nos remete a essência da democracia, o direito, que fomenta o princípio de igualdade e liberdade. Sendo a primeira atrelada ao que chamamos de Estado de Direito, que garante ao indivíduo igualdade perante a lei, uma vez que, todos devem ser julgados de forma imparcial e sujeitados às mesmas leis, dessa forma, “princípio é igualitário porque elimina uma discriminação precedente” (BOBBIO, 2005, p. 40).

E o segundo representa na sociedade moderna um dos bens mais preciosos e um símbolo central da ação do liberalismo, conforme defende de forma exacerbada o individualismo, onde os desejos dos indivíduos são postos acima de tudo, defendendo o exercício do direito privado (CONSTANT, 1980, p. 3).

Diante do decorrido, Junho de 2013 trouxe em seus fatos a não efetivação desses princípios que se dão como base da democracia, diante do fato de que vivemos em uma sociedade onde institucionalmente somos iguais, mas efetivamente vivemos em abismos sociais imensos, que perpassam todos os direitos fundamentais dos indivíduos. Trazendo-nos brechas que já se encontram na gênese da própria formação da democracia liberal, pois, à medida que “para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobres e menos dotada; [...]” (BOBBIO, 2005, p. 39).



Diante disso, instaurou em Junho de 2013 na visão de Paulo Arantes (2018) uma crise de representação e de governabilidade, o primeiro representa o descompasso do Estado com os indivíduos que não conseguem identificar suas necessidades retratadas nas determinações do governo e o segundo ligada a subordinação do Estado a uma classe, uma vez que, o mesmo se vê preso às determinações do mercado e não consegue encontrar uma forma estável de governança.

Isso vai nos direcionar a um cenário composto por contradições, à medida que, por um lado observa-se a população nas ruas pedindo mais Estado exigindo que ele forneça o mínimo vital, e por outro pedindo por menos Estado, alegando que o mesmo se encontra tomado pela corrupção, criando nas Jornadas de Junho de 2013 um sentimento de hostilidade frente aos símbolos que remetem-se ao Estado. Entretanto, nos deparamos com dois pesos e duas medidas, ao passo que se quer garantias sociais efetivas promovidas pelo Estado, mas também se reafirma o exercício do direito privado, de modo que se deseja menos Estado e mais mercado, reafirmando o sistema motor da desigualdade social.

Remetendo-nos a um debate desenvolvido por Jessé Souza (2015), onde existe uma tendência na sociedade brasileira construída por uma cultura que demoniza o Estado e santifica o mercado, refletindo essa atitude de diminuir o Estado e desenvolver o mercado em sua condição ainda maior de competitividade. Desse modo: “o que existe é uma dramatização da oposição mercado (virtuoso) e Estado (corrupto) construída como suposta evidência da singularidade histórica e cultural brasileira.” (SOUZA, 2015, p. 33).

Dessa forma, uma mudança efetiva que transformaria as condições materiais e as reais estruturas formadoras da desigualdade, seria a destruição do sistema hegemônico capitalista e as suas bases ideológicas de atuação, modificando conseqüentemente os elementos constitutivos do atual Estado. Diante disso, observa-se que não é suficiente uma comoção generalizada sem uma preposição de fato transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim das reflexões sobre Junho de 2013 enquanto movimento criador de resistências e conformações, é possível elencar algumas considerações resultantes do trabalho de pesquisa vista sob essas duas óticas.

Nos indicadores de resistência, aliada às pontuações teóricas, as entrevistas trouxeram como apontamentos indicadores de Junho de 2013 como um processo, ainda aberto e inacabado, onde apesar de lhe serem atribuídas conseqüências estritamente negativas, trouxe consigo aspectos de resistência em meio às crises políticas e institucionais vividas pelo Brasil em sua história recente. Logo, a partir da ótica de um processo de abertura



societária, existem novos sujeitos no cenário político, juntamente com novas formas de organização e ação coletiva. Portanto, existem aspectos que demonstram a existência de frutos de resistência plantados com Junho de 2013 e amadurecidos desde então, principalmente ao proporcionar outras narrativas, que se mostram contra hegemônicas e vão de encontro a toda uma estrutura institucional consolidada.

Já na perspectiva de conformação, observou-se que Junho de 2013 trouxe consigo novos retratos, desenhados entre resultados conflituosos, e destoantes das vontades que fizeram surgir as manifestações. Além disso, demonstrou a necessidade de uma urgente reflexão sobre quais princípios estão apoiados a nossa democracia, tendo em vista, não só as grandes discrepâncias socioeconômicas produzidas no seio da sociedade, mas também, a própria inaplicabilidade de seus preceitos fundamentais, como a igualdade e a liberdade. Além disso, perduram questionamentos sobre saldos desse momento diante de possíveis consequências dos diversos atos da época que se refletiram em decisões políticas e transformações do cenário governamental dos últimos anos na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. “**Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil, diz Paulo Arantes**”, PINA, Rute; DULCE, Emilly. Brasil de Fato, 2018.

ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy. **OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Públ., São Luís, Número Especial, p.41-47, julho 2014.

BARRETO, Francisco. BENZAQUEN, Júlia. **A MÃO DUPLADA RUA: a ambivalência da “nova resistência” ou elementos para uma outra gramática da mobilização**. Estudos de sociologia -ISSN: 2317-5427, v. 2, n. 19, 2013.

BOBBIO, Norberto. **DIREITA E ESQUERDA RAZÕES E SIGNIFICADOS DE UMA DISTINÇÃO POLÍTICA**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. - 3 ed. - São Paulo: Editora Unespe, 2011.

_____. **LIBERALISMO E DEMOCRACIA**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível**. OSAL Observatório Social da América Latina, Año XIV N° 34 - Noviembre de 2013.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de textos escolhido de Benjamin Constant, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.



PLEYERS, Geoffrey et al. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nova Sociedade**, v. 2015, 2015.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SINGER, André. **Brasil Junho de 2013: Classe e Ideologias Cruzadas**. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. Novembro de 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL 2013: encontros e desencontros na política**. Caderno, CRH, Salvador, v. 27, n° 71, maio/agosto 2014.

SOUZA, Jessé. **A TOLICE DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYA, 2015.

